ISSN: 2358-8829

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS

Luís Carlos dos Santos [1]
Janaina Cícera Ferreira da Silva [2]
Aglaíde de Magalhães da Silva [3]
Ellendhyene Lima de Oliveira [4]
Pedro Herlleyson Gonçalves Cardoso [5]

INTRODUÇÃO

A educação para as relações étnico-raciais constitui dimensão indispensável da promoção dos direitos humanos, da cidadania e do reconhecimento da diversidade que caracteriza a sociedade brasileira. A presença histórica da população negra na formação do país contrasta com a persistência do racismo, das desigualdades e de representações sociais que, muitas vezes, desvalorizam as identidades, os saberes e as contribuições afro-brasileiras. Enfrentar esse quadro exige ações educativas contínuas, capazes de promover reflexão crítica, reconhecimento das diferenças e respeito à dignidade humana.

No campo educacional, a Lei nº 10.639/2003 tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

[1] Bacharel em Administração (ESTACIO FAL), Licenciatura em Educação Especial (Unifahe), Discente do curso de Serviço Social (UNIFATECIE), Esp. em Educação Profissional e Tecnológica (IFCE), Esp. em Gestão Pública e Gestão de Pessoas (FAVENI), Esp. Políticas Públicas e Socioeducação Universidade de Brasília (UnB), Me. em Economia Rural (UFC), karloskaka@gmail.com;
[2] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED), Licenciatura em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Internacional do Delta, Esp. em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), janahistoria2020@gmail.com;
[3] Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE), Bacharel em Serviço Social pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e o Trabalho em Comunidade pela Faculdade Kurios, Esp. em Gestão em Recursos Humanos pela Faculdade Vale do Salgado (FVS), aglaidemagalhaes@gmail.com;
[4] Licenciatura em Pedagogia pela Faculdade Kurios (FAK), Especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário INTA (UNINTA), Esp. em Letras e Literatura pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Discente do curso de Pós-graduando em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). ellendh11@hotmail.com;
[5] Licenciado em Biologia (URCA) e Química (IFCE), Esp. em Metodologia do Ensino de Biologia e Química (FacuMinas), Me. em Recursos Hídricos e Saneamento (UFAL), Dr. em Economia Rural (UFC), pedroherlleyson@yahoo.com.br.

Étnico-Raciais orientam a construção de práticas que valorizem a história e a cultura africana e afro-brasileira e contribuam para combater o racismo e as discriminações (Brasil, 2004). Embora o dispositivo legal se refira diretamente aos currículos escolares, seus princípios dialogam com ações socioeducativas desenvolvidas em outros espaços de formação, convivência e proteção social.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado no âmbito da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social, constitui espaço relevante para experiências coletivas que favoreçam a convivência, a participação, o reconhecimento das potencialidades e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Nesse contexto, abordar a identidade negra, a ancestralidade e o enfrentamento ao racismo contribuem para que crianças e adolescentes compreendam a diversidade como parte constitutiva da vida social e reconheçam atitudes discriminatórias que violam direitos.

A relevância de práticas antirracistas também é destacada nos relatos reunidos nos Anais do II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades. Novaes (2026), ao relatar uma experiência com crianças em território quilombola, evidencia a importância de integrar identidade, representatividade e valorização dos saberes comunitários às práticas educativas. De modo semelhante, Firmino (2026) discute a formação para as relações étnico-raciais e ressalta a necessidade de fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. Esses trabalhos oferecem referências para pensar ações contextualizadas, dialógicas e contínuas de promoção da equidade racial.

Este artigo apresenta um relato de experiência realizado no SCFV do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) III – Idamá Lima Pereira, no município de Iguatu, Ceará, com crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, no contexto da programação do Novembro Negro. A atividade teve como tema “Identidade, Resistência, Saberes e Vivências Negras” e foi organizada por meio de roda de conversa, contação de histórias e oficina artística inspirada em elementos da cultura africana, culminando na elaboração de um mural coletivo.

O objetivo geral foi promover reflexões sobre identidade, pertencimento, diversidade étnico-racial e enfrentamento ao racismo, contribuindo para a valorização da cultura afro-brasileira e para o fortalecimento da autoestima dos participantes. Especificamente, buscou-se estimular o diálogo sobre ancestralidade e representatividade

negra; problematizar manifestações de racismo e intolerância religiosa; e favorecer a expressão criativa e coletiva de mensagens de respeito à diversidade. O relato descreve a organização da ação e discute suas contribuições e possibilidades de continuidade, sem pretender generalizar os resultados para outros contextos.

METODOLOGIA

O trabalho caracteriza-se como relato de experiência, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, elaborado a partir da sistematização de uma atividade socioeducativa desenvolvida no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) do CRAS III – Idamá Lima Pereira, em Iguatu–CE. A organização metodológica considerou a necessidade de explicitar o objeto, os procedimentos adotados e os critérios de análise, elementos importantes para a construção e a apresentação de trabalhos científicos, conforme orientam Marconi e Lakatos (2003). O relato toma como referência as informações disponibilizadas sobre o planejamento e a execução da ação, tendo como foco os objetivos, as estratégias educativas empregadas e os resultados descritos na experiência. Não se trata de pesquisa experimental nem de avaliação quantitativa de impacto.

A atividade integrou a programação do Novembro Negro e teve como público crianças e adolescentes de 7 a 14 anos vinculados ao SCFV. O planejamento foi orientado pela temática “Identidade, Resistência, Saberes e Vivências Negras”, considerando a necessidade de abordar a história e a cultura afro-brasileira de forma acessível à faixa etária, participativa e conectada às experiências cotidianas dos participantes. A delimitação do tema e a explicitação dos objetivos constituem etapas relevantes do planejamento da pesquisa e do trabalho científico (Marconi; Lakatos, 2003).

A intervenção foi organizada em três estratégias complementares: roda de conversa, contação de histórias e oficina artística inspirada em elementos da cultura africana. As atividades estimularam a reflexão sobre identidade, ancestralidade, racismo, intolerância religiosa, representatividade negra, memória e pertencimento. A produção artística foi reunida em um mural coletivo com mensagens relacionadas à identidade, à diversidade e ao pertencimento. A descrição organizada dos procedimentos permite tornar compreensível o percurso da atividade, aspecto coerente com a sistematização metodológica de um trabalho científico (Marconi; Lakatos, 2003).

A análise da experiência foi descritiva e interpretativa, organizada em três eixos: participação e diálogo; valorização da identidade e da cultura afro-brasileira; e expressão coletiva por meio da produção artística. A definição desses eixos considerou os objetivos da ação e a interpretação das informações disponíveis, procedimento compatível com as orientações de Marconi e Lakatos (2003) quanto à organização, à análise e à interpretação dos dados em trabalhos científicos. Os eixos também dialogam com os relatos publicados nos Anais do II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades, especialmente os trabalhos de Novaes (2026) e Firmino (2026). Como não foram informados instrumentos padronizados de avaliação, quantitativos de participação ou registros sistemáticos de falas, o texto não atribui percentuais, mensurações de impacto ou declarações específicas aos participantes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação para as relações étnico-raciais pressupõe reconhecer que o racismo não se manifesta apenas em agressões explícitas, mas também em práticas, discursos, silenciamentos e representações que hierarquizam grupos humanos. Por isso, ações educativas antirracistas precisam ir além de comemorações pontuais e favorecer processos contínuos de reconhecimento histórico, reflexão crítica e valorização das contribuições da população negra. As Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecem que a educação das relações étnico-raciais deve orientar práticas comprometidas com a igualdade de condições, o combate ao preconceito e a valorização da história e da cultura afro-brasileira e africana (Brasil, 2004).

A Lei nº 10.639/2003 representa um marco normativo ao modificar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou a determinação, incluindo a história e a cultura dos povos indígenas. Esses marcos demonstram que o enfrentamento ao racismo e a valorização da diversidade não devem ser compreendidos como conteúdos periféricos, mas como compromissos institucionais com uma formação cidadã e democrática (Brasil, 2003; Brasil, 2008).

No âmbito das práticas socioeducativas, a construção de espaços de diálogo é importante porque permite que crianças e adolescentes compartilhem percepções, formulem perguntas e relacionem os temas trabalhados à convivência cotidiana. A roda

de conversa, a literatura e as atividades artísticas podem criar oportunidades de participação sem reduzir a aprendizagem à transmissão unilateral de informações. Quando mediadas de forma cuidadosa, essas estratégias permitem abordar assuntos complexos com linguagem adequada à idade, reconhecendo os participantes como sujeitos de direitos e produtores de sentidos.

O relato de Novaes (2026), publicado nos Anais do II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades, apresenta uma experiência antirracista na Educação Infantil em território quilombola. A autora descreve o uso de narrativas, imagens, autorretratos e vivências territoriais para fortalecer a identidade, o pertencimento e a valorização dos saberes locais. Embora o contexto e a faixa etária sejam distintos da experiência aqui relatada, o trabalho contribui para compreender como recursos narrativos e expressivos podem apoiar processos de reconhecimento identitário e de problematização de representações raciais.

Também nos Anais, Firmino (2026) aborda a educação em direitos humanos, as relações étnico-raciais e a formação docente a partir de projeto extensionista voltado à implementação das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008. O relato destaca que a efetivação de uma educação antirracista exige formação, articulação institucional e práticas que ultrapassem a simples inclusão formal de conteúdos. Essa reflexão é pertinente ao SCFV, pois ações temáticas podem sensibilizar os participantes, mas precisam ser acompanhadas por compromisso continuado da equipe e por relações cotidianas coerentes com o respeito à diversidade.

A articulação entre os referenciais legais, as experiências publicadas nos anais e a atuação socioeducativa permite compreender o Novembro Negro como oportunidade de aprofundamento, e não como atividade isolada. A data pode mobilizar a comunidade para discutir história, cultura, racismo e resistência; contudo, o potencial educativo se amplia quando essas discussões se conectam às práticas permanentes de convivência, à escuta dos participantes e à valorização das identidades negras no cotidiano do serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência foi estruturada para aproximar a temática das relações étnico-raciais do cotidiano de crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV. A escolha do tema “Identidade, Resistência, Saberes e Vivências Negras” permitiu organizar a atividade em

ISSN: 2358-8829

torno de dimensões que se complementam: reconhecimento de si e do grupo, valorização de histórias e conhecimentos historicamente marginalizados e reflexão sobre formas de discriminação que comprometem a convivência e a garantia de direitos.

No eixo da participação e do diálogo, a roda de conversa constituiu a estratégia inicial para apresentar e problematizar os assuntos propostos. A organização em formato coletivo favorece a circulação da palavra e a escuta entre os participantes, possibilitando que conceitos como ancestralidade, racismo estrutural, intolerância religiosa e representatividade sejam discutidos de maneira mediada. Em atividades com crianças e adolescentes, a abordagem deve considerar diferenças de idade, repertório e experiência, evitando expor participantes ou exigir relatos pessoais sobre situações de discriminação. O foco educativo deve estar na compreensão do respeito, na identificação de atitudes discriminatórias e na construção de alternativas de convivência.

A contação de histórias funcionou como recurso complementar para aproximar os participantes de narrativas e referências negras. A literatura e a oralidade permitem apresentar personagens, experiências e saberes que nem sempre recebem visibilidade suficiente nos materiais culturais consumidos cotidianamente. Ao oferecer referências positivas e diversas, a ação pode contribuir para ampliar o repertório cultural dos participantes e para questionar estereótipos. Essa possibilidade dialoga com Novaes (2026), cuja experiência mostra a contribuição de narrativas e recursos visuais para trabalhar identidade e representatividade de forma contextualizada.

No eixo da valorização cultural, a oficina artística inspirada em elementos da cultura africana ofereceu um meio de expressão que não depende exclusivamente da linguagem verbal. A produção artística pode favorecer a participação de crianças e adolescentes com diferentes formas de comunicação e possibilitar que ideias discutidas na roda de conversa sejam transformadas em símbolos, cores e mensagens coletivas. Para que a atividade não reproduza visões simplificadas ou estereotipadas sobre o continente africano, é importante contextualizar os elementos culturais apresentados, reconhecendo a pluralidade de povos, histórias, línguas e tradições africanas.

A elaboração do mural coletivo constituiu a síntese visual da atividade. Conforme o relato da experiência, o material produzido expressou identidade, diversidade e pertencimento. Mais do que um produto final, o mural pode ser compreendido como registro do processo de construção coletiva e como recurso de memória institucional, desde que permaneça associado ao diálogo que o originou. Sua exposição no espaço do

serviço, quando pertinente, pode manter a temática visível e estimular novas conversas com participantes, famílias e equipe, respeitando as autorizações necessárias quando houver identificação de crianças e adolescentes.

Os resultados descritos indicam que a combinação de conversa, narrativa e expressão artística foi coerente com o objetivo de promover reflexão sobre identidade, pertencimento e enfrentamento ao racismo. A experiência evidencia a pertinência de metodologias participativas no contexto socioeducativo, mas seus efeitos devem ser interpretados com prudência. Como não foram disponibilizados instrumentos de avaliação antes e depois da atividade, não é possível afirmar uma mudança mensurável de atitudes ou uma redução efetiva de preconceitos. O que se pode sustentar é que a proposta criou oportunidades educativas para discutir essas questões e materializou uma produção coletiva relacionada aos objetivos planejados.

A experiência também aponta para a importância de compreender o racismo como questão que atravessa diferentes espaços sociais e institucionais. A atividade no SCFV não substitui políticas educacionais, protocolos de prevenção e enfrentamento da discriminação ou ações permanentes de formação profissional. Entretanto, pode integrar uma rede de iniciativas que fortaleçam o respeito às diferenças, a convivência comunitária e a proteção de crianças e adolescentes. Nesse sentido, Firmino (2026) destaca, nos anais do evento, a necessidade de práticas institucionais e processos formativos contínuos para que os marcos legais das relações étnico-raciais se concretizem no cotidiano.

Como possibilidade de continuidade, recomenda-se que a temática seja retomada ao longo do ano em atividades adequadas aos diferentes ciclos de vida, incluindo leitura de obras de autores negros, pesquisa sobre personalidades e referências afro-brasileiras, brincadeiras e manifestações culturais contextualizadas, produção de cartazes e conversas sobre situações de preconceito. A equipe pode registrar de forma ética a participação, as produções e as questões levantadas pelo grupo, criando subsídios para planejar ações futuras. A avaliação qualitativa contínua, por meio de observação e escuta, pode ajudar a identificar temas que demandem aprofundamento, sem transformar vivências pessoais em exposição pública.

ISSN: 2358-8829

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato apresentou uma experiência socioeducativa realizada no SCFV do CRAS III – Idamá Lima Pereira, em Iguatu–CE, durante a programação do Novembro Negro, com crianças e adolescentes de 7 a 14 anos. Organizada em torno do tema "Identidade, Resistência, Saberes e Vivências Negras", a ação articulou roda de conversa, contação de histórias e oficina artística, resultando em um mural coletivo voltado à expressão de identidade, diversidade e pertencimento.

A análise permite considerar que a proposta foi coerente com o objetivo de promover reflexões sobre identidade, cultura afro-brasileira e enfrentamento ao racismo, ao criar espaços de diálogo, contato com narrativas e expressão coletiva. A experiência também reforça que práticas antirracistas podem integrar ações de convivência e fortalecimento de vínculos, desde que sejam conduzidas com intencionalidade, contextualização cultural e respeito às características dos participantes.

O diálogo com os Anais do II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades reforça a relevância de práticas que valorizem a representatividade negra e os saberes culturais, como observado por Novaes (2026), bem como a necessidade de continuidade e articulação institucional destacada por Firmino (2026). Em conjunto com a legislação brasileira, esses referenciais sustentam a compreensão de que o combate ao racismo demanda ações educativas permanentes, e não apenas eventos comemorativos.

Como limite, registra-se que a experiência não contou, nas informações disponíveis para este artigo, com dados quantitativos ou instrumentos formais que permitam medir mudanças nas percepções dos participantes. Assim, as conclusões referem-se à organização da ação, às estratégias utilizadas e aos resultados qualitativos descritos, sem atribuir efeitos que não foram sistematicamente avaliados. Para ações futuras, sugere-se documentar os processos de forma ética, registrar as produções coletivas e promover momentos de avaliação compatíveis com a faixa etária.

Conclui-se que o SCFV pode contribuir para a promoção da equidade racial ao oferecer espaços de convivência nos quais crianças e adolescentes sejam incentivados a reconhecer a diversidade, valorizar a cultura afro-brasileira e rejeitar práticas discriminatórias. A continuidade dessas iniciativas, articulada à formação das equipes e

ao compromisso institucional com os direitos humanos, pode fortalecer uma cultura de respeito, participação e cidadania.

Palavras-chave: Educação antirracista, Cultura afro-brasileira, Diversidade étnico-racial, Cidadania, Práticas socioeducativas.

AGRADECIMENTOS

Agradece-se à equipe do CRAS III – Idamá Lima Pereira e aos participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, cuja participação tornou possível a realização da atividade socioeducativa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 14 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 04 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 14 ago. 2026.

FIRMINO, Cíntia Micaela Amorim. **Educação em direitos humanos, relações étnico-raciais e formação docente:** relato de experiência em projeto extensionista. In: GOMES, Gláucia Carvalho et al. (org.). Anais do II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica: Educação Midiática nas Escolas. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2026. p. 52-60.

GOMES, Gláucia Carvalho; DIAS, Marlei José de Souza; SILVA, Regina Nascimento; RODRIGUES, Valéria Maria (org.). **Educação em direitos humanos, relações étnico-raciais e formação docente: relato de experiência em projeto extensionista.** Anais do II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com

Profissionais da Educação Básica: Educação Midiática nas Escolas: relatos de experiência. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2026. 242 p. ISBN 978-65-6172-020-5.

NOVAES, Antônia Correa. **Educação midiática e identidade quilombola na educação infantil: experiência antirracista em Moju-PA.** In: GOMES, Gláucia Carvalho et al. (org.). Anais do II Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com Profissionais da Educação Básica: Educação Midiática nas Escolas. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2026. p. 16-22.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.